

## **EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CONTEXTOS, IMPLICAÇÕES E RESISTÊNCIAS**

Daniel Teixeira Maldonado - Instituto Federal de São Paulo - <https://orcid.org/0000-0002-0420-6490>

### **Resumo**

O objetivo desse ensaio foi analisar os contextos das reformas educativas brasileiras nos últimos anos, apontando as implicações dessas políticas educacionais para precarização da formação cidadã da juventude e, por fim, problematizar a organização coletiva de resistências contra esse modelo neoliberal de ensino. Essas análises terão como centralidade a problemática da Educação Física no Ensino Médio. Nesse contexto, será feita a defesa que o professorado do componente curricular necessita participar coletivamente do debate político, com a intencionalidade de disputar as intencionalidades da formação dos(das) jovens e fomentar uma prática político-pedagógica progressista que busque a transformação das injustiças sociais. Por fim, finalizo essas reflexões apontando que um primeiro passo para efetivar uma educação de qualidade em todo o território brasileiro pode ser formulado a partir de um entendimento profundo sobre a sistematização da política educativa do Ensino Médio produzida pelos Institutos Federais e as ações educativas organizadas pelos(as) docentes de Educação Física nesse contexto educativo.

**Palavras-chave:** Educação Física Escolar; Ensino Médio; Política Educacional; Educação Crítica.

## **PHYSICAL EDUCATION IN HIGH SCHOOL AND THE COMMON NATIONAL CURRICULUM BASE: CONTEXTS, INPLICATIONS AND RESISTANCES**

### **Abstract**

The objective of this essay was to analyze the contexts of Brazilian educational reforms in recent years, pointing out the implications of these educational policies for the precariousness of the citizen formation of the youth and, finally, to problematize the

collective organization of resistance against this neoliberal model of education. These analyzes will focus on the issue of Physical Education in High School. In this context, the defense will be made that the teachers of the curricular component need to participate collectively in the political debate, with the intention of disputing the intentions of the formation of young people and promoting a progressive political-pedagogical practice that seeks to transform social injustices. Finally, I conclude these reflections by pointing out that a first step towards achieving quality education throughout the Brazilian territory can be formulated from a deep understanding of the systematization of the High School educational policy produced by the Federal Institutes and the educational actions organized by the Physical Education teachers in this educational context.

**Keywords:** School Physical Education; High School; Educational Politics; Critical Education.

## INTRODUÇÃO

Esse ensaio foi escrito para o dossiê temático intitulado “possibilidades e desafios da Educação Física no Ensino Médio”, após um diálogo feito em um curso de extensão com o mesmo título. Naquele momento, vivia um processo de muitas reflexões e embates sobre o caminho que a política educacional voltada para esse ciclo de escolarização estava tomando no Brasil. A reforma do Ensino Médio e a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) disseminou uma questionável concepção da qualidade educativa (FERRETI, 2018), colocando em evidência um modelo neoliberal de sociedade, no qual as escolhas individuais, competição e educação para a adaptação dos(das) estudantes ao mercado de trabalho tornaria as escolas mais eficientes e eficazes (APPLE, 2017).

Com a intencionalidade de proporcionar análises densas e críticas da realidade, entendia que não era possível problematizar concepções didático-pedagógicas sobre a Educação Física no Ensino Médio, objetivo central do curso, sem compreender o contexto societário e educacional vivido pelos(as) docentes do componente curricular que lecionam para os(as) jovens e as suas implicações para o cotidiano escolar. Portanto, antes de refletir sobre novos caminhos e proposituras para pensar na melhoria do processo educativo, precisava mencionar os interesses de grupos empresariais que estavam por trás de todas as mudanças no palco educacional que ainda está em vigor no nosso país.

Segundo Apple (2020) existe uma disputa entre diferentes modelos de estrutura social pautada por sujeitos que almejam viver em um determinado tipo de sociedade. Visões densas da democracia buscam uma plena participação coletiva para alcançar o bem comum e a formação de cidadãos críticos, enquanto proposições estreitas do fenômeno compreendem que toda e qualquer ação educativa precisa estar voltada para o mercado, o consumo, o individualismo e uma educação que se torna relevante para ser um instrumento de uma série limitada de necessidades econômicas definidas pelas elites dirigentes.

Nesse contexto, os grupos que possuem visões limitadas de democracia e modelo educacional têm sido cada vez mais financiados por conglomerados financeiros para disseminar a sua visão de mundo, fazendo com que esse discurso se torne hegemônico no senso comum e, por consequência, colocando à margem as possibilidades de efetivar uma educação democrática, participativa e equitativa na sociedade contemporânea (APPLE, 2020).

Portanto, a partir dessas proposições, os objetivos desse ensaio foram: analisar os contextos das reformas educacionais brasileiras nos últimos anos, apontando as implicações dessas políticas educacionais para precarização da formação cidadã da juventude e problematizar a organização coletiva de resistências contra esse modelo neoliberal de ensino. Essas análises terão como centralidade a problemática da Educação Física no Ensino Médio.

## **CONTEXTOS**

Se tornou consenso na literatura crítica da educação que o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 no Brasil provocou muitos retrocessos para a política educacional do país (SAVIANI, 2018). Os cortes frequentes de verbas, o esvaziamento do Ministério da Educação e o ataque contra as escolas públicas e universidades se fortaleceram ainda mais no governo eleito em 2018, consolidando o neoconservadorismo e o gerencialismo na educação brasileira (LIMA; HYPOLITO, 2019; PERONI; LIMA; 2020). Essa realidade mais ampla trouxe prejuízos enormes para a formação das juventudes, pois a reforma do Ensino Médio promulgada nessa conjuntura societária separou, de forma definitiva, uma educação intelectual para as elites e instrumental para

a classe trabalhadora, andando na contramão da democracia (MOURA; BENACHIO, 2021; SILVA; ARAÚJO, 2021).

O grande objetivo dessa concepção educativa é fomentar um ensino pragmático para a população com menor poder aquisitivo, impossibilitando que a juventude pobre acesse os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade nas escolas, enquanto os(as) estudantes das elites dirigentes continuam tendo contato com esses saberes e, por consequência, mantendo as alarmantes desigualdades de oportunidades para jovens de diferentes classes sociais.

Assim sendo, não é possível olhar para esse cenário sem se indignar com a qualidade educacional que os(as) estudantes brasileiros(as) estão recebendo nesse momento histórico. Quando pensamos em quais sujeitos estamos formando com currículos flexíveis, aulas de empreendedorismo e projetos de vida, disseminação de saberes superficiais que focam apenas nas habilidades e competências necessárias para suprir as demandas de um mercado de trabalho precarizado, sistemas educativos e unidades escolares gerenciadas como se fossem empresas privadas, não temos como imaginar que chegamos em uma barbárie gerencial na formação dos(das) estudantes e na atuação dos(das) educadores(as) (CÁSSIO, 2019).

Esse contexto trouxe à tona a construção de currículos pautados em ideias tradicionais de sociedade, principalmente com a publicação da BNCC (BRASIL, 2018). Apple (2013) já nos alertava se fazia sentido defender a política de um currículo nacional em um país que possui nas suas entranhas elites dominantes que fazem de tudo para continuar reproduzindo desigualdades, mas mesmo assim decidiu-se pela efetivação do referido documento curricular, que trouxe no seu bojo ideologias educacionais que apenas adaptam os sujeitos a realidade social vigente, a partir de um discurso de neutralidade, que foi completamente desvelado como incoerente por Apple (2006).

Se o currículo é um território em disputa (ARROYO, 2013) e sempre é construído para formar o documento de identidade da população (SILVA, 2015), vivemos uma política curricular cada vez mais conservadora e retrograda pautada no conhecimento oficial (APPLE, 1997; 2020), que procura resgatar um pensamento funcionalista desse campo acadêmico (LOPES; MACEDO, 2010), consolidando uma educação bancária, acrítica e alienante para os grupos oprimidos da sociedade, inviabilizando, por

consequência, toda e qualquer forma de tomada de consciência da realidade (FREIRE, 2015).

Nesse contexto, como amplamente discutido por Sacristán (2017), o currículo não pode ser entendido a margem do contexto social no qual se configura, pois a política curricular, produzida de acordo com um viés tecnicista da educação, será conduzida para condicionar completamente a realidade educativa, diminuindo todo e qualquer espaço para que gestores(as), professores(as), estudantes e toda a comunidade escolar organizem projetos educacionais participativos, democráticos e que buscam a conscientização a partir do diálogo, sendo essa ideia defendida pelo patrono da educação brasileira na obra educação como prática de liberdade (FREIRE, 2020).

Freitas (2018) aponta que são muitas as reformas empresariais vigentes nos sistemas de ensino na atualidade, com a intencionalidade desses grupos disputarem os saberes que as futuras gerações irão acessar até a gestão efetiva das escolas por meio de parcerias público-privadas. Enfim, a educação de mercado, nomeada por Bossle (2019) como “S/A”, se ramifica em todos os espaços possíveis, ganhando força também na formação inicial e continuada gerencialista de docentes, concessão de bolsas para pesquisas em universidades com a intencionalidade de mostrar a “precariedade da escola pública” e inviabilização de todo e qualquer movimento de resistência pela efetivação de uma educação pública que realmente transforme a vida da população trabalhadora.

Portanto, será que o problema do Ensino Médio brasileiro estava realmente na sua organização curricular ou no processo de exclusão histórica que os(as) jovens excluídos(as) socialmente sempre tiveram nesse ciclo de escolarização? Corti (2019) menciona que a educação da juventude sempre foi uma forma de reforçar as desigualdades sociais brasileiras, pois muitos(as) educandos(as) precisam trabalhar nessa etapa, por conta das condições de vida das suas famílias. A autora também questiona se a evasão dos(das) estudantes nesse ciclo de escolarização ocorria por causa das muitas disciplinas oferecidas na escola ou de uma estrutura escolar que não avança por falta de investimento público?

Embora pareça fatalista, precisamos compreender esse contexto para conseguir ampliar as nossas lentes sobre as implicações educacionais da realidade vigente e possíveis produções de resistências coletivas. Esses serão os próximos passos desse

ensaio, que terá como enfoque uma análise crítica sobre a Educação Física no Ensino Médio brasileiro.

## **IMPLICAÇÕES**

Ao fazer uma análise detalhada sobre a BNCC do Ensino Médio (BRASIL, 2018) e como a Educação Física é fundamentada nesse ciclo de escolarização, resalto as reflexões realizadas por Silva (2018), no qual a autora menciona o resgate de um empoeirado discurso que esse documento curricular apresenta para a sociedade. Será que não voltamos a pensar a educação da juventude brasileira como aconteceu na década de 1990, ampliando com mais radicalidade uma educação mercantil voltada apenas para o mercado de trabalho? O discurso das habilidades e competências, inspirados pela teoria do capital humano, estiveram presentes no projeto educacional brasileiro em décadas anteriores.

Nesse contexto, Ratier (2019) pergunta quais competências socioemocionais, foco do projeto educativo defendido pela BNCC, são necessárias para que os(as) jovens negros suportem o racismo estrutural da sociedade brasileira? As mulheres não se revoltarem contra os assédios recebidos no transporte público? O autor ainda indaga que projeto de vida é esse pautado em um empreendedorismo tacanho, que não possibilita nenhum sonho para as novas gerações além da sua sobrevivência em um mercado de trabalho que explora cada vez mais a classe trabalhadora?

E a grande questão que fica é sobre a função social da Educação Física Escolar nesse projeto societário. Quando realizamos uma análise minuciosa das habilidades e competências da BNCC do Ensino Médio, constatamos que em apenas uma competência aparece de forma superficial a cultura corporal como objeto de estudo. Assim, surgem algumas perguntas. Qual espaço no currículo um componente curricular precisa para dar conta de uma competência e três habilidades? Será que toda a produção acadêmica da Educação Física na área das Linguagens dialoga com os preceitos do referido documento curricular? Como os livros didáticos organizados pelo Plano Nacional do Livro Didático abordam os saberes da Educação Física no Ensino Médio? Para que servem os saberes historicamente acumulados pela humanidade sobre as práticas da cultura corporal para uma juventude que está fadada a dirigir aplicativos ou entregar alimentos?

Embora não seja possível responder todas essas indagações, conseguimos apresentar um debate nesse ensaio de acordo com a literatura que já foi produzida pela área. Dentre muitas análises realizadas, podemos destacar aquelas que ratificam o não lugar da Educação Física nessa estrutura desenhada para o Ensino Médio, seja pelo seu caráter optativo efetivado pelos “estudos e práticas” do componente curricular, por sua falta de legitimidade em uma sociedade em que o mundo do trabalho não requer mais corpos fortes e saudáveis ou por seus princípios epistemológicos, políticos e pedagógicos, que se distanciam de uma educação eficiente, avaliada por testes e que leva em consideração apenas os saberes que formam a juventude para se adaptar às demandas empreendedoras do trabalho contemporâneo (GARIGLIO; ALMEIDA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2017; MOLINA NETO *et al.*, 2017; SOUZA; RAMOS, 2017).

Mais recentemente, Martins, Farias e Abreu (2022) analisaram o espaço que a Educação Física recebeu nos livros didáticos publicados para o Ensino Médio, percebendo invisibilidade, negação, subordinização e secundarização dos saberes produzidos sobre as práticas corporais nas obras analisadas, pois os materiais foram organizados de forma coletiva na área de Linguagens, dando maior destaque para outras áreas do conhecimento, principalmente a Língua Portuguesa.

Portanto, em diálogo com Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020) e Araujo e Rocha (2022), afirmo que as práticas da cultura corporal, que se tornaram o objeto de estudo da Educação Física, não receberam quase atenção no currículo nacional brasileiro do Ensino Médio, impedindo que a juventude acesse e analise esses saberes produzidos pela humanidade e, por consequência, empobrecendo a sua formação cidadã e *omnilateral*. Essa realidade começa a se efetivar em diversos estados brasileiros, pois o componente curricular passou a ter uma ou duas aulas em todo o ciclo de escolarização nesses territórios.

Essa triste realidade apresentada nos faz pensar se realmente a comunidade acadêmica da Educação Física tem se debruçado em uma problemática tão relevante, pois corre-se o risco de o componente curricular desaparecer do Ensino Médio em um curto período de tempo, diminuindo as possibilidades de trabalho dos(das) docentes e tirando o direito das novas gerações refletirem criticamente sobre as manifestações da cultura corporal. Em vista disso, ao menos, esperamos que todos(as) interessados(as) na temática acessem a literatura mais recente da área educacional, que ratifica o que escrevi até esse

momento sobre o contexto e as implicações que a política educativa vigente proporciona para a formação dos(das) jovens brasileiros(as). As edições especiais publicadas nas revistas Retratos de Escola em 2017 e 2022, Educação e Sociedade em 2017, e-Mosaicos em 2018 e Trabalho Necessário em 2021 podem ajudar na formação de argumentos para lutarmos pela urgente revogação de todo esse aparato legislativo e curricular.

## **RESISTÊNCIAS**

Em diálogo com Velloso, Maldonado e Freire (2022), aponto que os professores e as professoras de Educação Física que lecionam no Ensino Médio nas escolas da rede federal têm organizado experiências político-pedagógicas inspirados(as) em teorias curriculares de caráter progressista, mesmo com o avanço avassalador das políticas educativas neoliberais apresentadas anteriormente. Todavia, as pesquisas realizadas sobre as ações pedagógicas dos(das) docentes do componente curricular não tem dado conta de mostrar esse movimento de resistência que está sendo efetivado em muitos contextos educativos.

Para exemplificar, menciono os projetos político-pedagógicas realizados nas aulas de Educação Física no Ensino Médio integrado nos Institutos Federais publicados na literatura, no qual os(as) educadores(as) do componente curricular tematizaram as manifestações da cultura corporal e problematizaram os marcadores socioculturais de raça, gênero, meio ambiente e desigualdades socioeconômicas com os(as) estudantes de diferentes regiões brasileiras (ALENCAR FILHO, 2018; CORSINO; 2019; COSTA, 2021; MALDONADO; FARIAS; NOGUEIRA, 2021; SILVA, 2018; TAVARES, 2018).

Outro estudo importante de destacar, que caminhou no mesmo sentido, foi produzido por Maldonado e Kawashima (2022), no qual o autor e a autora analisaram a prática educativa produzida por docentes de Educação Física que lecionaram em diferentes Institutos Federais durante o ensino remoto emergencial ocasionado pela pandemia do coronavírus. Os resultados mostraram que esses(as) educadores(as) realizaram em suas aulas problematizações sobre a saúde em uma perspectiva crítica, refletiram sobre a diversidade cultural das práticas corporais e ampliaram as atividades de ensino durante as aulas remotas, evidenciando a superação não apenas dos conhecimentos centrados no “saber fazer”, mas apontando para o aprofundamento da



relação entre as danças, esportes, ginásticas, lutas, jogos e brincadeiras e os temas de relevância social.

Mais recentemente, em um movimento contra-hegemônico relacionado com a organização de jogos escolares inclusivos, participativos e que dialoguem com os fundamentos da área de Linguagens, Caú *et al.*, (2022) descreveram o festival de práticas corporais realizado entre os(as) docentes e estudantes dos campus localizados no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), sendo que o evento contemplou a vivência de oficinas esportivas e culturais que visam ampliar os saberes problematizados na Educação Física Escolar; jogos esportivos, eletrônicos, populares e de salão; cine-debate contemplando curtas e produções dos(das) discentes que problematizam a atualidade e ampliem o acervo cultural dos(das) jovens; a corrida de aventura; apresentações culturais e o festival de dança, enquanto espaço de criação e produção coletiva dos cursos.

Portanto, essas experiências demonstram que as aulas de Educação Física nos Institutos Federais absorveram todo o debate da virada epistemológica da área, efetivando uma nova função social para as aulas do componente curricular, que está relacionada com a ampliação da leitura de mundo dos(das) jovens sobre os saberes históricos, políticos, econômicos e sociais da cultura corporal, em vistas da transformação da realidade desigual vigente (MALDONADO; FREIRE, 2022). Assim, a prática político-pedagógica desses(as) educadores(as) se aproxima cada vez mais do preceito de professor(a) intelectual transformador(a), defendido por Coelho, Maldonado e Bossle (2021).

Obviamente que essa realidade só é possível de ser efetivada pelas condições de trabalho e formação acadêmica que os(as) docentes de Educação Física dos Institutos Federais passaram a ter desde a lei de criação da respectiva instituição de ensino, promulgada no ano de 2008. Esse movimento de resistência também ocasionou a construção de um coletivo docente que realizou um evento no ano de 2022 intitulado “A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio na Educação Profissional: o caso da Educação Física”, problematizando os retrocessos que a reforma do Ensino Médio e a BNCC produziram para a continuidade do componente curricular nos cursos da rede federal. Outra atividade realizada por esse grupo foi produzir uma carta em defesa da Educação Física nesse ciclo de escolarização.

Enfim, a partir do estudo publicado por Metzner *et al.*, (2017), ênfase que a Educação Física se tornou um componente curricular valorizado nos Institutos Federais,

por conta da sua fundamentação epistemológica, o perfil dos(das) docentes que atuam nesses espaços educativos, as práticas político-pedagógicas progressistas organizadas e as ações de pesquisa, ensino e extensão que os(as) docentes da área oferecem para a comunidade escolar. Essa realidade só é possível por conta do projeto educativo transformador que está na essência dessa instituição e as condições de trabalho que existiam até o golpe jurídico-midiático-parlamentar ocorrido no Brasil em 2016 e estão sendo corroídas até o momento que escrevo esse ensaio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao problematizar os contextos e as implicações da reforma do Ensino Médio e a publicação da BNCC desse ciclo de escolarização, decidi finalizar essas reflexões enfatizando as resistências que estão sendo produzidas pelos(as) professores(as) de Educação Física que atuam na rede federal de ensino contra todos esses retrocessos societários e educativos.

Talvez, a prática político-pedagógica da Educação Física nos Institutos Federais sejam o último espaço de resistência para a efetivação de uma educação crítica e democrática para a juventude sobre os temas da cultura corporal. Mesmo com tantos retrocessos, o governo Bolsonaro, com todas as suas reformas neoliberais e neoconservadoras, não conseguiu destruir por completo a política educativa mais importante para a formação cidadã e profissional da juventude brasileira organizada nesse país.

Em diálogo com Maldonado (2022), ressalto que as aulas de Educação Física no Ensino Médio precisam tematizar as práticas da cultura corporal e problematizar os conhecimentos biológicos e sociais produzidos sobre as danças, lutas, ginásticas, esportes, jogos e brincadeiras, viabilizando uma leitura densa e crítica da realidade sobre essas manifestações culturais. Portanto, os projetos educativos potencializados nas aulas do componente curricular necessitam ter como objetivo a formação de educandos(as) que lutem pelos seus direitos, compreendam as abissais desigualdades socioeconômicas, de gênero e de raça que ainda persistem nos dias atuais e consigam compreender o ressignificar o patrimônio historicamente acumulado de conhecimentos pela humanidade que envolvem as práticas corporais.

Enfim, defendo que existe a necessidade de que as aulas de Educação Física para a juventude sejam estruturadas para efetivar a justiça curricular e social (MALDONADO, 2021; MALDONADO; SILVA; MARTINS, 2022), tema que foi amplamente discutido por Torres Santomé (2013) e ganha cada vez mais relevância no debate educacional brasileiro, por conta das profundas injustiças sociais que se reproduzem nas novas gerações de estudantes.

Como não poderia ser diferente, tenho consciência que não basta uma prática político-pedagógica crítica para a formação de jovens que possam transformar a sociedade. Definitivamente, os(as) docentes de Educação Física que atuam no Ensino Médio carecem de participar coletivamente do debate político, com o objetivo de disputar as intencionalidades da formação dos(das) jovens, rompendo com uma tradição da área que foca na tática tecnicista de ensinar atividades de ensino que possam ser reproduzidas nas aulas durante cursos de formação inicial e continuada de professores e professoras.

Nesse contexto, encerro esse ensaio mencionando que toda ação educativa é um ato político (FREIRE, 2014). Assim, não é possível pensar na qualidade da educação sem analisar quais sujeitos que a política legislativa e curricular pretende formar em um determinado momento histórico. Da mesma forma, a área de Educação Física não pode mais promover uma visão atlética e esportivizante da vida (BUNGENSTAP; LAZZAROTTI FILHO, 2017), sem refletir criticamente sobre o fenômeno da formação humana. Portanto, um primeiro passo para efetivar um processo de resistência pode ser formulado a partir de um entendimento profundo sobre a sistematização da política educacional do Ensino Médio fomentada pelos Institutos Federais e a prática político-pedagógica crítica produzida pelos(as) docentes de Educação Física nesse contexto educativo.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR FILHO, Antonio. A cultura corporal afro e afro-brasileira como identidade cultural: no Instituto Federal do Pará – campus Tucuruí. *In*: PEREIRA, Maria do Perpétuo Socorro Sarmiento. **Experiências de intervenção pedagógica na educação física escolar**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 17-38.

APPLE, Michael. **Conhecimento oficial**: a educação democrática em uma era conservadora. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

APPLE, Michael. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: Moreira, Antonio Flávio; TADEU, Tomaz. **Currículo, cultura e sociedade**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 71-106.

APPLE, Michael. **A educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

APPLE, Michael. **A luta pela democracia na educação: lições de realidades sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

ARAUJO, Raffaella Andressa dos Santos; ROCHA, Aurine Carvalho. Novo Ensino Médio na contramão da formação omnilateral: uma rasteira político-pedagógica na Educação Física e a resistência no IFMA campus Buriticupu. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. Ano VIII, v. 1, p. 27-41, 2022.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BELTRÃO, José Arlen; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; TEIXEIRA, David Romão. A Educação Física no novo Ensino Médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Revista Práxis Educacional**. Vitória da Conquista –Bahia – Brasil, v. 16, n. 43, p. 656-680, Edição Especial, 2020.

BOSSLE, Fabiano. Atualidade e relevância da educação libertadora de Paulo Freire na Educação Física Escolar em tempos de Educação S/A. In: Sousa, Cláudio Aparecido; NOGUEIRA, Valdilene Aline; MALDONADO, Daniel Teixeira (Orgs). **Educação Física escolar e Paulo Freire: ações e reflexões em tempos de chumbo**. Curitiba: CRV, 2019. p. 17- 32.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018.

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho; LAZZAROTTI FILHO, Ari. A Educação Física no “novo” Ensino Médio: a ascensão do notório saber e a visão atlética e “esportivizante” da vida. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 19-37, 2017.

CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CAÚ, José Nildo Alves et al. Festival de cultura corporal do IFPE: espaço de construção coletiva e de enfrentamento para ampliação do acesso às práticas corporais. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. Ano VIII, v. 1, p. 83-100, 2022.

COELHO, Márcio Cardoso; MALDONADO, Daniel Teixeira; BOSSLE, Fabiano. Professor de Educação Física (escolar) intelectual transformador: resistências ao modelo gerencialista e neoconservador da educação de mercado. **Conexões**. Campinas: SP, v. 19, e021027, p. 1-23, 2021.

CORSINO, Luciano Nascimento. “Sor, qual a diferença entre um jogo e uma brincadeira problematizando o jogo com jovens estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. Ano V, v. 2, p. 96-10, 2019.

CORTI, Ana Paula. Ensino médio: entre a deriva e o naufrágio. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 47-52.

COSTA, Catia Silvana. Jogos, brinquedos e brincadeiras: conteúdos da cultura corporal de movimento no contexto do ensino médio integrado do IFMS. In: KAWASHIMA, Larissa Beraldo; GODOI, Marcos; MARTINS, Elias (Orgs.). **Educação física no ensino médio integrado da rede federal**: compartilhando experiências. Cuiabá, MT: EdUFMT Digital, 2021.

FERRETI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e a sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**. v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 46 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GARIGLIO, José Ângelo; ALMEIDA JÚNIOR, Admir Soares; OLIVEIRA, Cláudio Márcio. O “novo ensino médio”: implicações ao processo de legitimação da Educação Física. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 53-70, 2017.

LIMA, Iana Gomes; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 45, e190901, 2019.

LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. O pensamento curricular no Brasil. In: LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. **Currículo**: debates contemporâneos. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-54.

MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação Física Escolar e justiça social no pós-pandemia: epistemologias pós-abissais e prática político-pedagógica progressista. **Temas em Educação Física Escolar**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1-19, 2021.

MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação Física no Ensino Médio integrado: desafios pós-pandêmicos. In: VIEIRA, Rubens Antonio Gurgel. **Desafios pandêmicos**: a Educação Física frente a crise. Belém: FRB, 2022. p. 107-118.

MALDONADO, Daniel Teixeira; FARIAS, Uirá de Siqueira; NOGUEIRA, Valdilene Aline. Lendo o mundo nas aulas de Educação Física no ensino médio: por uma ecologia

de saberes contra-hegemônicos sobre as práticas corporais e o corpo. **Caderno de educação física e esporte**, v. 19, n. 3, p. 1-8, 2021.

MALDONADO, Daniel Teixeira; FREIRE, Elisabete dos Santos. Produção curricular na área de Educação Física: possíveis apontamentos de uma virada epistemológica no cotidiano escolar. *In*: FREIRE, Elisabete dos Santos *et al.* **Saberes de professores e professoras de Educação Física: docência, pesquisa e o currículo em ação**. Curitiba: CRV, 2022. p. 39-56.

MALDONADO, Daniel Teixeira; KAWASHIMA, Larissa Beraldo. Educação Física na rede federal em tempos pós-pandêmicos e de reformas neoliberais. **Corpoconsciência**. Cuiabá-MT, v. 26, n. 1, p. 86-103, 2022.

MALDONADO, Daniel Teixeira; SILVA, Maria Eleni Henrique; MARTINS, Raphael Moreira. **Educação Física Escolar e justiça social: experiências curriculares na Educação Básica**. Curitiba: CRV, 2022.

MARTINS, Raphael Moreira; FARIAS, Alison Nascimento; ABREU, Samara Moura Barreto. Análise de livros didáticos de Educação Física do PNLD do Ensino Médio integrado: implementação de matriz de referência. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. Ano VIII, v. 1, p. 56-72, 2022.

METZNER, Andreia Cristina *et al.* Contribuição da Educação Física para o Ensino Médio: estudo a partir da prática docente de professores de Institutos Federais. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 106-123, 2017.

MOLINA NETO, Vicente. A Educação Física no Ensino Médio ou para entender a era do gelo. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 87-105, 2017.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Elizeu Costacurta. Reforma do Ensino Médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. **Trabalho Necessário**. v. 19, n. 39, p. 163-187, 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paulo. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 15, e2015344, p. 1-20, 2020.

RATIER, Rodrigo. Escola e afetos: um elogio da raiva e da revolta. *In*: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 151-157.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SAVIANI, Demerval. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. *In*: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei. **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 27-46.

SILVA, Adriano Gonçalves. Trekking como conteúdo da Educação Física no Ensino Médio: diálogos entre cultura, educação e meio ambiente. *In*: MALDONADO, Daniel Teixeira; NOGUEIRA, Valdilene Aline; FARIAS, Uirá de Siqueira. **Educação Física Escolar no Ensino Médio: a prática pedagógica em evidência**. Curitiba: CRV, 2018. p. 143-158.

SILVA, Monica Ribeiro. A BNCC e a reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.34, e214130, 2018.

SILVA, Monica Ribeiro; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Educação na contramão da democracia: a reforma do Ensino Médio no Brasil. **Trabalho Necessário**. v. 19, n. 39, p. 6-14, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SOUZA, Maristela da Silva; RAMOS, Fabrício Krusche. Educação Física e o mundo do trabalho: um diálogo com a atual Reforma do Ensino Médio. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 71-86, 2017.

TAVARES, Marie Luce. Se ela dança, eu... e quem mais dança? – a dança como conteúdo da Educação Física e o convite à discussão de gênero. *In*: MALDONADO, Daniel Teixeira; NOGUEIRA, Valdilene Aline; FARIAS, Uirá de Siqueira. **Educação Física Escolar no Ensino Médio: a prática pedagógica em evidência**. Curitiba: CRV, 2018. p. 213-230.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2013.

VELLOSO, Livia Roberta da Silva; MALDONADO, Daniel Teixeira; FREIRE, Elisabete dos Santos. Educação Física no Ensino Médio integrado: movimentos de resistências em tempos de currículos padronizados e políticas neoliberais. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. Ano VIII, v. 1, p. 8-26, 2022.